

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA

Concurso Público

003. PROVA OBJETIVA

Procurador Jurídico

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 80 questões objetivas e um caderno da prova prático-profissional.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Redija o texto definitivo com caneta de tinta azul ou preta, no caderno da prova prático-profissional. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Responda a todas as questões.
- Marque, na folha intermediária de respostas, localizada no verso desta página, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Transcreva para a folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, todas as respostas anotadas na folha intermediária de respostas.
- A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno da prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO RESPOSTA	QUESTÃO RESPOSTA	QUESTÃO RESPOSTA	QUESTÃO RESPOSTA
01	21	41	61
06	26	46	66
11	31	51	71
16	36	56	76

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 04.

Países que têm contas a acertar com ditaduras que se desfazem, ou com inimigos derrotados em guerra, têm à sua escolha dois, e só dois, caminhos. Ou julgam e punem imediatamente os condenados por crimes cometidos durante a ditadura ou a guerra – e, tendo feito isso, encerram o assunto de uma vez por todas. Ou, então, não agem na hora, por não terem a força indispensável para punir, ou porque preferem deixar as decisões para depois – e, nesse caso, não acertam as contas nunca mais. O Brasil de hoje, com sua Comissão Nacional da Verdade, imagina que pode descobrir uma terceira via. Ao fim da ditadura militar, nada foi feito pelos novos governantes para julgar delitos cometidos pelo regime - dentro do entendimento de que a melhor solução era adotar uma anistia mútua. Era, também, a única solução possível na vida real, levando-se em conta que os militares tinham saído do governo, mas não tinham saído do Brasil. Desde então, para efeitos práticos, a coisa toda acabou no arquivo morto. Agora, quarenta anos depois dos fatos que se deseja esclarecer, montou--se essa comissão para consertar o que nunca foi consertado.

(J. R. Guzzo, Quarenta anos depois. Veja 04.07.2012)

- **01.** Assinale a alternativa que encerra esse texto com a frase coerente com o ponto de vista expresso pelo autor sobre o trabalho da Comissão da Verdade.
 - (A) Não faz sentido.
 - (B) Parece bastante razoável.
 - (C) Finalmente se fará justiça.
 - (D) A história sempre se reescreve.
 - (E) Cedo ou tarde, a verdade aparece.
- 02. Observe o sentido da palavra destacada na frase Desde então, para efeitos práticos, a coisa toda acabou no arquivo morto e assinale a alternativa em que tal palavra é empregada com o mesmo significado.
 - (A) Quando ele crescer, aí então compreenderá nossa atitude.
 - (B) Presencia os conflitos familiares e então fica assim, em choque.
 - (C) Se a pessoa quer colaborar, então não surge conflito.
 - (D) Continue preparando seus relatórios como fazia então, quando trabalhava no setor de compras.
 - (E) Então, o que se pode dizer desse projeto?

- **03.** A frase por não terem a força indispensável para punir expressa, em relação à que a antecede, a noção de
 - (A) consequência, enquanto a antecedente expressa sua causa
 - (B) causa, enquanto a antecedente expressa seu efeito.
 - (C) meio, enquanto a antecedente expressa sua finalidade.
 - (D) modo, enquanto a antecedente expressa sua razão.
 - (E) explicação, enquanto a antecedente expressa seu meio.
- **04.** Na passagem **nesse caso**, não acertam as contas nunca mais a expressão destacada faz referência à situação em que
 - (A) há reação imediata de prestação de conta dos países com os inimigos vencidos em guerra ou com as ditaduras vencidas.
 - (B) deveria ocorrer a punição exemplar que compete dar aos crimes cometidos pelas ditaduras.
 - (C) existe recusa de alguns países a enfrentar os ditadores, por medo de represálias.
 - (D) há dúvidas sobre a atitude a tomar em relação aos mentores das ditaduras ou fomentadores de guerras.
 - (E) falta ação julgadora e punitiva dos crimes tão logo terminem as guerras ou caiam as ditaduras.
- **05.** Assinale a alternativa que apresenta pontuação e concordância verbal e nominal de acordo com a norma culta.
 - (A) Uma vez derrotados os inimigos, governos de nação vencedora só possui mesmo, dois caminhos a seguir.
 - (B) Se as decisões do dirigente são adiadas, resta a impressão de que há hesitação e medo em sua atitude.
 - (C) Só existe dois caminhos para os países mais alertas, que, pretendem acertar contas com seus inimigos.
 - (D) Todos aqueles que um dia foram condenados por seus crimes, fica sujeito a cumprir pena.
 - (E) Fez-se esforços para promover um "acerto de contas", que afinal, demorou anos para acontecerem.

Para responder à questão de número 06, considere os quadrinhos.



(Quino, Toda Mafalda)

- **06.** À vista da situação exposta nos quadrinhos, é correto deduzir que, do ponto de vista da personagem Mafalda,
 - (A) ver televisão é uma maneira de perder o exercício da própria capacidade de julgamento.
 - (B) o conteúdo que se vê na televisão é pouco pertinente, desde que seja possível refletir sobre ele.
 - (C) as novidades trazidas pela televisão levam o indivíduo a pensar seriamente na realidade que o cerca.
 - (D) as inovações tecnológicas sobrepujam o livre arbítrio do homem e o impedem de pensar.
 - (E) é possível abrir mão do senso crítico, sem perder de vista a qualidade dos conteúdos veiculados pela televisão.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 10.

Nascera inteiramente raquítica, herança do sertão – os maus antecedentes de que falei. Com dois anos de idade lhe haviam morrido os pais de febres ruins no sertão de Alagoas, lá onde o diabo perdera as botas. Muito depois fora para Maceió com a tia beata, única parenta sua no mundo. Uma outra vez se lembrava de coisa esquecida. Por exemplo a tia lhe dando cascudos no alto da cabeça porque o cocoruto de uma cabeça devia ser, imaginava a tia, um ponto vital. Dava-lhe sempre com os nós dos dedos na cabeça de ossos fracos por falta de cálcio. Batia mas não era somente porque ao bater gozava de grande prazer sensual – a tia que não se casara por nojo – é que também considerava de dever seu evitar que a menina viesse um dia a ser uma dessas moças que em Maceió ficavam nas ruas de cigarro aceso esperando homem. Embora a menina não tivesse dado mostras de no futuro vir a ser vagabunda de rua.

(Clarice Lispector, A hora da estrela)

- **07.** Observe o pronome destacado na passagem Com dois anos de idade **lhe** haviam morrido os pais e assinale a alternativa em que ele está empregado com o mesmo sentido.
 - (A) Os colegas não lhe dedicavam muita atenção.
 - (B) Acreditava que lhe dariam um cargo de grande importância.
 - (C) Alimentava-lhe a vaidade saber que ia assumir a chefia.
 - (D) Informou-lhe a necessidade de prestar concurso para assumir o cargo.
 - (E) Voltaram-lhe as costas justamente quando ela mais precisava de ajuda.

- **08.** Assinale a alternativa que substitui o trecho destacado na frase **Embora a menina não tivesse dado mostras** de no futuro vir a ser vagabunda de rua sem alterar-lhe o sentido.
 - (A) Contanto que a menina não tenha dado mostras.
 - (B) Se a menina tivesse dado mostras.
 - (C) Logo a menina tinha dado mostras.
 - (D) Apesar de a menina não ter dado mostras.
 - (E) Entretanto a menina tinha dado mostras.
- **09.** Observe o sentido atribuído às circunstâncias em destaque, nas seguintes passagens:
 - I. lhe haviam morrido os pais **de febres ruins** causa.
 - II. ficavam nas ruas **de cigarro aceso** modo.
 - III. fora para Maceió com a tia beata companhia.
 - IV. dava-lhe sempre com os nós dos dedos na cabeça instrumento
 - O sentido atribuído às circunstâncias está correto nos itens
 - (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
- 10. Observe a palavra destacada na frase no sertão de Alagoas, lá onde o diabo perdera as botas e assinale a alternativa em que seu emprego com preposição está de acordo com a norma culta de regência.
 - (A) Assim que nos informarem aonde estão, iremos ao encontro deles.
 - (B) Aonde podemos encontrar o responsável pelo setor?
 - (C) Não se sabe ainda aonde foram levados os documentos do cliente.
 - (D) O lugar aonde pretendem instalar a empresa precisa de obras de infraestrutura.
 - (E) Pergunto-me aonde podemos acomodar o grupo de auditores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 11. O Município reger-se-á por lei orgânica, que deverá atender aos princípios previstos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado, votada em
 - (A) dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
 - (B) turno único, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.
 - (C) dois turnos, com interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.
 - (D) turno único, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
 - (E) dois turnos, com interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- 12. A partir da edição da Emenda Constitucional n.º 15/96, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Apesar de a Lei Complementar Federal ainda não haver sido editada, novos municípios foram criados. A respeito de tais municípios, é correto afirmar que seu ato de criação, apenas por lei estadual
 - (A) é constitucional, pois a competência dos Estados, em matéria de criação de municípios é concorrente, podendo, portanto, o Estado, inexistindo a lei federal, exercer a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
 - (B) é inconstitucional, mas em virtude da edição da Emenda Constitucional n.º 57/08, foram convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31.12.2006.
 - (C) é constitucional, em virtude da autonomia municipal, podendo o município suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, o que ocorreu diante da inércia legislativa do Congresso Nacional.
 - (D) é inconstitucional, devendo o Supremo Tribunal Federal declará-la, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, sendo os efeitos dessa declaração retroativos à data em que o município foi criado, incorporado, fundido ou desmembrado.
 - (E) é constitucional, pois o Estado possui poder constituinte derivado decorrente, o que lhe permite estabelecer regras próprias para a criação, fusão, incorporação ou desmembramento de municípios que estejam em seu território.

- **13.** São de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, as leis que versem sobre:
 - (A) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
 - (B) detenção ou sequestro de bens e poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
 - (C) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
 - (D) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
 - (E) matéria reservada à lei complementar.
- 14. O mandado de segurança poderá ser impetrado
 - (A) contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - (B) contra a autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público que praticar ilegalidade ou abuso de poder que atinja direitos inerentes à liberdade de locomoção.
 - (C) para defender direito líquido e certo, que demande ou não dilação probatória para sua comprovação.
 - (D) quando coletivo, por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
 - (E) perante o Superior Tribunal de Justiça quando a autoridade coatora for o Procurador Geral da República.
- 15. Leia as seguintes afirmativas.
 - I. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante somente em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
 - II. Podem propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade, em face de lei ou ato normativo federal, a mesa de Assembleia Legislativa e a mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - III. O Supremo Tribunal Federal tem admitido, excepcionalmente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade cujo objeto seja decreto, quando este, no todo ou em parte não regulamenta a lei, apresentando-se, assim, como decreto autônomo.
 - IV. As leis estaduais, tratando-se de controle pela via em abstrato, não podem sofrer dupla fiscalização, já que somente poderão ser questionadas perante o Supremo Tribunal Federal, tendo como parâmetro a Constituição Federal.

Estão corretas somente as afirmações

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

- **16.** Sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis, é correto afirmar que
 - (A) a servidora pública poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, desde que tenha sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição.
 - (B) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplicar-se-á o regime geral de previdência social ou o regime previdenciário adotado pela unidade federativa na qual presta serviço.
 - (C) o servidor público estável poderá perder o cargo, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, que não deve ser efetuado mediante contraditório e ampla defesa.
 - (D) a avaliação especial de desempenho para fins de aquisição de estabilidade não precisa ser efetuada por comissão exclusivamente criada para tal fim.
 - (E) os servidores poderão ser aposentados por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- 17. O gasto público deve cobrir o essencial, ou seja, somente aquilo que já foi arrecadado, não devendo ser arrecadado além do estritamente necessário, para não sacrificar o contribuinte, nem desequilibrar as receitas e as despesas. Essa afirmação corresponde ao princípio constitucional
 - (A) da legalidade orçamentária.
 - (B) do equilíbrio orçamentário.
 - (C) da pureza orçamentária.
 - (D) da unidade orçamentária.
 - (E) da plurianualidade das despesas de investimento.

- 18. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os seguintes princípios constantes do artigo 170 da Constituição Federal:
 - (A) livre concorrência; defesa do consumidor; redução das desigualdades regionais e sociais.
 - (B) dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.
 - (C) independência nacional; prevalência dos direitos humanos; erradicação da pobreza e da marginalização.
 - (D) a soberania; a cidadania; o tratamento favorecido para as empresas de capital nacional.
 - (E) função social da propriedade; livre concorrência; garantia de uma sociedade livre, justa e igualitária.
- 19. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da Lei Federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da
 - (A) dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Congresso Nacional, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
 - (B) dívida agrária, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até cinco anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
 - (C) dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
 - (D) dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até cinco anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
 - (E) dívida ativa, de emissão previamente aprovada pelo Congresso Nacional, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

- **20.** O princípio de interpretação constitucional cujo escopo é imprimir eficácia social ou efetividade às normas constitucionais, extraindo-lhes o maior conteúdo possível, principalmente em matéria dos direitos fundamentais, é o princípio da
 - (A) exclusão da interpretação conforme a constituição *contra legem*.
 - (B) conformidade ou justeza constitucional.
 - (C) conservação de normas.
 - (D) concretização constitucional.
 - (E) máxima efetividade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 21. Em relação aos órgãos públicos, é correto afirmar que
 - (A) eles integram a estrutura do Estado, porém não têm personalidade jurídica nem vontade própria, mas na área de suas atribuições e nos limites de sua competência funcional expressam a vontade da entidade a que pertencem e a vinculam por seus atos, manifestados através de seus agentes.
 - (B) embora personalizados, não mantêm relações funcionais entre si e com terceiros.
 - (C) a despeito de terem personalidade jurídica, não têm prerrogativas funcionais próprias.
 - (D) há entre o Executivo e seus órgãos relação de representação e de mandato e não de imputação.
 - (E) quando o agente ultrapassa a competência do órgão não aparece a sua responsabilidade pessoal perante a entidade.
- **22.** No que se refere aos princípios da Administração Pública, é correto afirmar que
 - (A) os princípios da moralidade, da razoabilidade e da eficiência necessitam de regulamentação legal para que sejam aplicáveis a casos concretos.
 - (B) a moralidade administrativa, nada mais é do que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal.
 - (C) o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e dele não pode se afastar ou se desviar, sob pena de praticar ato inválido e se expor a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.
 - (D) a razoabilidade impõe ao administrador justificar sua ação administrativa, indicando os pressupostos de fato e de direito que autorizaram sua prática.
 - (E) a motivação se alicerça na segurança jurídica e na necessidade de se respeitar situações consolidadas no tempo, amparadas pela boa-fé do administrador público.

- **23.** As Fundações prestam-se, principalmente, à realização de atividades não lucrativas e atípicas do Poder Público, mas de interesse coletivo. Nesse contexto, é correto afirmar que
 - (A) o orçamento das fundações não é formalmente idêntico ao das entidades estatais.
 - (B) sua instituição depende de Decreto.
 - (C) os contratos celebrados pelas fundações públicas, de direito público ou de direito privado devem ser precedidos de licitação.
 - (D) seu controle externo, no que se refere a fiscalização financeira e orçamentária, é exercido por empresa de auditoria, contratada mediante processo licitatório, realizado na modalidade de concorrência técnica e preço.
 - (E) os servidores das fundações não se submetem ao teto remuneratório dos Ministros do STF, se ingressarem por concurso público.
- **24.** Quanto à classificação dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.
 - (A) Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua necessidade para os membros da coletividade, presta-os diretamente.
 - (B) Serviços industriais são os que produzem renda para quem os presta, porém essa remuneração é denominada contribuição de melhoria.
 - (C) Serviços públicos individuais são os que têm usuários determinados, porém uma vez implantados não geram direitos à sua obtenção por todos os administrados.
 - (D) Serviços gerais, como o de limpeza pública, são os que a Administração presta quando tem usuários determinados.
 - (E) Serviços próprios do Estado são aqueles que se relacionam diretamente com as atribuições do Poder Público e para a execução dos quais a Administração usa de sua supremacia sobre os administrados.

- **25.** O controle do legislativo paulista é exercido mediante atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo TCE que
 - (A) quando evidenciar qualquer fato de natureza formal nos atos da Prefeitura de Rosana deve julgar as contas irregulares mesmo que não resulte dano ao erário.
 - (B) proferindo uma decisão definitiva, terá esta, a qualidade de uma sentença judicial, mas com efeito *inter partes*.
 - (C) deliberando com soberania e em conformidade com a Constituição, afasta a apreciação dos atos do Executivo Municipal pelo Judiciário.
 - (D) dentre outras matérias, julga os atos administrativos relacionados a contratos, ajustes, acordos e renúncia de receitas.
 - (E) ao julgar as contas municipais, atua de forma a apreciar e concluir, implicando também no julgamento do agente que as determinou.
- **26.** Em relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta.
 - (A) Autorização de uso é o ato unilateral, vinculado e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.
 - (B) Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro.
 - (C) Permissão de uso é ato negocial, bilateral, vinculado e precário pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.
 - (D) Concessão de uso é ato discricionário e precário, podendo ser remunerada ou gratuita e realizado *intuitu personae*.
 - (E) Concessão de direito real de uso é contrato pelo qual a Administração Direta transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a órgão da Administração Indireta.

27. É considerada desapropriação por interesse social

- (A) a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias.
- (B) a preservação e conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens de valor histórico e cultural.
- (C) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos.
- (D) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.
- (E) a criação de campos de pouso de aviões.

- **28.** Assinale a alternativa que contempla afirmativa correta.
 - (A) A Administração pode isentar de responsabilidade civil seus servidores, porque possui disponibilidade sobre o seu patrimônio.
 - (B) É essencial para a existência da responsabilidade civil que o ato culposo do servidor cause dano patrimonial à Administração.
 - (C) A punição administrativa depende de processo civil ou criminal a que se sujeite o servidor pela mesma falta.
 - (D) A absolvição na ação penal, por falta de provas ou ausência de dolo, exclui a culpa administrativa e civil do servidor público.
 - (E) A responsabilidade civil do servidor por danos causados a terceiros, no exercício de suas atividades funcionais, independe da comprovação de sua culpa em ação regressiva proposta pela pessoa jurídica de direito público depois de condenada a reparação.
- 29. No contrato administrativo, cláusulas exorbitantes são as que
 - (A) conferem determinadas prerrogativas à Administração Pública, colocando-a em situação de superioridade em relação ao particular contratado.
 - (B) exigem garantia contratual e seguro por dano material e moral.
 - (C) extrapolam o seu objeto.
 - (D) estabelecem obrigações para as partes, não previstas em lei.
 - (E) fixam a duração do contrato além da vigência dos respectivos créditos orçamentários e estabelecem o foro do domicílio do contratado como competente para dirimir qualquer questão sobre o contrato.
- 30. A proteção ambiental visa à proteção da Natureza em todos os seus elementos essenciais. Nesse contexto é correto afirmar que
 - (A) unidades de uso sustentável abrangem a Reserva Biológica, o Parque Nacional, Estação Biológica, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.
 - (B) as normas ambientais incidem unicamente sob duplo aspecto, vale dizer, sobre o controle da poluição e sobre a preservação dos recursos naturais, excluída a restauração dos elementos destruídos.
 - (C) a Administração pode paralisar sumariamente indústrias poluidoras ou reduzir-lhes a produção.
 - (D) os abusos da iniciativa particular, no que se refere as atividades poluidoras, devem ser coibidos pelo poder de polícia do município, protetor do bem-estar da coletividade urbana, principalmente nas zonas estritamente residenciais.
 - (E) na área urbana, o município pode impor, por meio de decreto, a restauração de elementos destruídos e a recomposição de áreas escavadas em atividades extrativistas ou construtivas.

DIREITO CIVIL

- 31. Leia as assertivas.
 - Repristinação ocorre quando a lei revogada se restaura por expressa disposição de lei nova que a declara e revoga a lei revogadora.
 - II. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
 - III. A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - IV. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta dias depois de oficialmente publicada.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.
- **32.** Sobre a compra e venda entre cônjuges, assinale a alternativa correta.
 - (A) É lícita, com relação aos bens excluídos da comunhão.
 - (B) É lícita, com relação a qualquer bem do casal.
 - (C) É lícita, desde que haja consentimento dos ascendentes.
 - (D) É expressamente proibida por lei, em qualquer hipótese.
 - (E) É ilícita, por constituir fraude ao regime de bens.
- 33. Sobre a hipoteca, assinale a alternativa correta.
 - (A) É direito pessoal, colocando-se ao lado do penhor e da anticrese na categoria das garantias que submetem o credor ao pagamento da dívida.
 - (B) É direito real que pode recair sobre quaisquer bens móveis ou imóveis, o domínio direto ou útil, abrangendo todas as acessões e melhoramentos.
 - (C) Grava o bem na sua totalidade, mesmo com o pagamento de prestações da dívida, salvo disposição expressa no título ou na quitação.
 - (D) Havendo o cumprimento da obrigação principal, a hipoteca se extingue com a averbação da escritura do contrato acessório.
 - (E) O dono de imóvel hipotecado não poderá constituir outra hipoteca sobre ele, exceto se a favor do mesmo credor.

- **34.** No que diz respeito à coação, passível de viciar a declaração de vontade, assinale a alternativa correta.
 - (A) Só é considerada a ameaça se recair sobre pessoa da família do paciente.
 - (B) A ameaça deve ser de dano iminente e considerável à pessoa do paciente.
 - (C) A ameaça deve ser de dano iminente ou futuro à pessoa do paciente.
 - (D) Configura-se quando alguém assume obrigação excessivamente onerosa.
 - (E) Considera-se ameaça apenas a exercida pela parte a quem aproveite o negócio.
- **35.** Considerando a aquisição da propriedade imóvel, por meio de usucapião, assinale a alternativa correta.
 - (A) Se a posse da coisa se prolongar por dez anos, produzirá usucapião, independentemente de título ou boa-fé.
 - (B) As causas que obstam, suspendem ou interrompem a prescrição, também se aplicam à usucapião.
 - (C) Ao possuidor não é garantido o direito de acrescer à sua posse a dos seus antecessores.
 - (D) Adquire a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente a possuir por mais de cinco anos, com justo título e boa-fé.
 - (E) Transfere-se a propriedade por usucapião após a tradição da coisa, ainda que feita por aquele que não seja proprietário.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- **36.** Entre os princípios norteadores do direito do consumidor, há o princípio da prevenção, o qual significa estritamente que
 - (A) a atividade ou mensagem publicitárias devem assegurar ao consumidor informações claras, corretas e precisas.
 - (B) o alicerce do direito básico do consumidor é a prevenção de prejuízos patrimonial e extrapatrimonial.
 - (C) as informações ou mensagens ao consumidor devem ser verdadeiras, com dados corretos sobre os elementos do bem ou serviço.
 - (D) exista a clareza nas informações dadas ao consumidor, assim como ao acesso pleno as informações sobre o produto ou serviço.
 - (E) no exercício da publicidade não se lese o consumidor, indicando-se o máximo de informações possíveis sobre o serviço ou produto.

- **37.** No que diz respeito à proteção e aplicação do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.
 - (A) Remuneração é o recebimento de alguma vantagem, não necessariamente pecuniária.
 - (B) Para fins de proteção, serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração direta.
 - (C) O consumidor equiparado será apreciado na existência da efetiva remuneração do produto ou serviço.
 - (D) As amostras grátis de produtos não merecem proteção consumerísta, ainda que causem danos, a não ser a prevista pelo direito comum.
 - (E) Nos serviços públicos remunerados mediante taxa incide a proteção consumerísta.
- **38.** Antonio, segurança terceirizado em agência bancária, ao disparar arma de fogo durante assalto, atinge José que andava pela calçada, do outro lado da rua, sem que esse pretendesse ingressar na agência ou fosse cliente do banco. Em razão desse fato, assinale a alternativa correta.
 - (A) Os prejuízos causados a José somente poderão ser reparados pela empresa de segurança empregadora, aplicando-se as regras do Código Civil.
 - (B) Os prejuízos causados a José somente poderão ser reparados por Antonio, causador do dano, aplicando-se as regras do Código Civil.
 - (C) Os prejuízos causados a José poderão ser reparados pela empresa de segurança empregadora e o banco, aplicando-se as regras do Código Civil.
 - (D) Os prejuízos causados a José somente poderão ser reparados solidariamente pela empresa de segurança empregadora, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor.
 - (E) Os prejuízos causados a José poderão ser reparados solidariamente pela empresa de segurança empregadora e o Banco, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor.
- **39.** Opera-se em favor do consumidor a inversão do ônus da prova, no processo civil
 - (A) sempre que se tratar de ação de reparação de danos para favorecer o consumidor.
 - (B) sempre que se discutir direitos relativos ao direito do consumidor, para favorecer o consumidor.
 - (C) a critério do juiz, quando for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.
 - (D) a critério do juiz, quando requerido pelo consumidor, autor da ação, e não envolvam questões relativas a prova negativa.
 - (E) quando requerido pelo consumidor, autor de ação que, em razão de seu rito, não tenha como produzi-la.

- **40.** Considerando um produto defeituoso, o fabricante, o construtor, o produtor ou importador são responsáveis pelos danos que o produto possa causar, sendo que o comerciante desse produto será responsável, quando
 - (A) outro, de melhor qualidade, tiver sido colocado no mercado e não tenha prestado a informação ao consumidor.
 - (B) o produto for fornecido em desconformidade com as novas técnicas de produção adotadas pelo mercado.
 - (C) for demonstrado que colocou produtos perecíveis no mercado consumidor, ainda que com identificação de seu fabricante.
 - (D) o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.
 - (E) o produto apresentar defeito decorrentes do projeto, fabricação, construção, montagens ou fórmulas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 41. A ação de nunciação de obra nova compete
 - (A) ao proprietário ou possuidor para impedir que o proprietário vizinho execute alguma obra com prejuízo ou alteração da coisa comum.
 - (B) ao município, a fim de impedir que o particular construa em contravenção da lei, do regulamento ou de postura.
 - (C) ao possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse de imóvel vizinho.
 - (D) ao confinante para estremar os respectivos prédios, sob pena de demolição.
 - (E) ao prejudicado para demolição de obra concluída sem observação da postura municipal.
- 42. A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação
 - (A) é irretratável, já que somente tem validade se proferida em audiência e reduzida a termo assinado por todos os presentes.
 - (B) vale quanto a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis, podendo ser apresentada por escrito.
 - (C) pode ser revogada por ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença, da qual constituir o único fundamento.
 - (D) pode ser desconstituída por ação anulatória, após o trânsito em julgado da decisão que a reconheceu como fundamento.
 - (E) somente poderá ser desconstituída se a confissão for provocada em juízo, durante o depoimento pessoal.

10

- **43.** O prazo para interposição de recurso contar-se-á da data da(o)
 - (A) leitura da sentença em audiência.
 - (B) primeiro dia útil após a audiência em que foi lida a sentença.
 - (C) publicação do resultado do julgamento do acórdão no órgão oficial.
 - (D) intimação dos litisconsortes necessários pessoalmente.
 - (E) juntada do último mandado de intimação dos litisconsortes.
- **44.** No que diz respeito à ação popular, a pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de impugnação,
 - (A) deverá contestar o pedido, a fim de defender o ato administrativo.
 - (B) deverá contestar o pedido, para garantir o interesse público.
 - (C) indicará como listisconsorte, o servidor responsável pelo ato impugnado.
 - (D) poderá abster-se de contestar o pedido, desde que útil ao interesse público.
 - (E) poderá atuar ao lado do autor, se este for o Ministério Público.
- **45.** Quanto ao procedimento das execuções fiscais, assinale a alternativa correta.
 - (A) É cabível em razão de dívida ativa de natureza não tributária.
 - (B) Por ter rito especial, é cabível apenas em face do devedor originário.
 - (C) O executado é citado para pagar a dívida no prazo de dez dias.
 - (D) Não é cabível citação por edital neste procedimento.
 - (E) Os embargos serão apresentados no prazo de dez dias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- **46.** Considerando os impostos, insertos na competência municipal, incidentes sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI) e a prestação de serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência impositiva dos Estados (ISS), assinale a alternativa correta.
 - (A) O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica em realização de capital.
 - (B) O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, ainda que a atividade preponderante do adquirente não for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
 - (C) OITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
 - (D) O IPTU não poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
 - (E) O ISS tem excluída de sua incidência exportações de serviços para o exterior, nos termos de lei complementar.
- **47.** Do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, pertencem aos Municípios
 - (A) 50%.
 - (B) 25%.
 - (C) 22,5%.
 - (D) 21,5%.
 - (E) 20%.
- **48.** O contribuinte que, regularmente notificado de lançamento tributário, não concordar com o valor do montante que lhe está sendo exigido e pretender promover a respectiva impugnação judicial, deverá promover ação
 - (A) declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.
 - (B) repetitória.
 - (C) anulatória.
 - (D) mandamental.
 - (E) declaratória cumulada com repetição.

- **49.** Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem, no limite do valor do bem gravado, aos créditos
 - (A) com privilégio especial.
 - (B) com privilégio geral.
 - (C) com garantia real.
 - (D) quirografários.
 - (E) por benfeitorias necessárias ou úteis à coisa beneficiada.
- 50. Sobre o instituto da isenção, é correto afirmar que
 - (A) a exclusão do crédito, por essa forma, também dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído ou dela consequente.
 - (B) quando prevista em contrato, não depende de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração, visto que, nessa circunstância, o próprio contrato deverá especificar tais itens.
 - (C) salvo disposição em contrário, é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria e aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
 - (D) poderá ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo e em qualquer hipótese, visto que, consistindo em mero não exercício da competência tributária, não gera direito adquirido.
 - (E) quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.
- 51. A lei que rege a execução fiscal faz previsão expressa à
 - (A) exceção de pré-executividade.
 - (B) objeção à executividade.
 - (C) decadência.
 - (D) prescrição intercorrente.
 - (E) imunidade.

- **52.** Acerca do tema "legislação tributária", assinale a alternativa correta.
 - (A) Sua vigência, no espaço e no tempo, rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, respeitadas as ressalvas previstas no Código Tributário Nacional.
 - (B) Somente a lei pode estabelecer a majoração de tributos equiparando-se, para esse fim, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
 - (C) Somente normas complementares podem estabelecer as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários.
 - (D) Salvo disposição de lei em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor no prazo de 30 dias da publicação.
 - (E) A lei tributária que define infrações ou lhe comine penalidades, interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado, em qualquer situação, em razão do princípio in dubio pro reo.
- **53.** Assinale a alternativa que, corretamente, ilustra uma situação na qual haverá responsabilidade solidária.
 - (A) O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação.
 - (B) O adquirente e o remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
 - (C) Os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.
 - (D) Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.
 - (E) O arrematante e o devedor, no caso de arrematação em hasta pública, pelos tributos devidos pelo bem arrematado.
- **54.** De acordo com o Código Tributário Nacional, para que a cobrança de taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviço público, pelo contribuinte, seja legítima é preciso que o referido serviço, além de específico, seja
 - (A) incomensurável.
 - (B) divisível.
 - (C) indivisível.
 - (D) universalizado.
 - (E) imensurável.

- 55. Uma das situações em que a lei permite seja a medida cautelar fiscal requerida contra sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, diz respeito àquela na qual o devedor possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassam determinado percentual do seu patrimônio conhecido. O referido percentual legal é de
 - (A) 50%.
 - (B) 30%.
 - (C) 25%.
 - (D) 20%.
 - (E) 15%.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

- **56.** Com relação ao trabalho da mulher, em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de
 - (A) 01 (uma) semana.
 - (B) 02 (duas) semanas.
 - (C) 03 (três) semanas.
 - (D) 01 (hum) mês.
 - (E) 02 (dois) meses.
- **57.** Com relação a Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, assinale a alternativa correta.
 - (A) A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
 - (B) A Carteira de Trabalho e Previdência Social não é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, ressalvado o de natureza rural, desde que em caráter não temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
 - (C) A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, ressalvado o de natureza rural, desde que em caráter não temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
 - (D) A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória apenas para o exercício de emprego de natureza urbana, por conta de atividade profissional remunerada.
 - (E) A Carteira de Trabalho e Previdência Social não é obrigatória para o exercício de emprego de natureza rural.

- **58.** De acordo com o texto expresso na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a afirmativa correta.
 - I. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
 - II. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes a cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
 - III. O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
- **59.** Com relação ao trabalho do menor, assinale a alternativa correta.
 - (A) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
 - (B) É proibido qualquer trabalho a menores de quinze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos treze anos.
 - (C) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
 - (D) É proibido qualquer trabalho a menores de dezoito anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos.
 - (E) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, sem exceção.

- 60. O Tribunal Superior do Trabalho é composto por
 - (A) 24 Ministros.
 - (B) 25 Ministros.
 - (C) 26 Ministros.
 - (D) 27 Ministros.
 - (E) 28 Ministros.
- **61.** O prazo para interposição do Recurso de Revista na Justiça do Trabalho é de
 - (A) 15 dias.
 - (B) 10 dias.
 - (C) 08 dias.
 - (D) 05 dias.
 - (E) 48 horas.
- **62.** De acordo com o posicionamento pacificado do Tribunal Superior do Trabalho, pode-se afirmar que
 - (A) convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.
 - (B) aplica-se o divisor 220 (duzentos e vinte) para o cálculo do valor do salário-hora do empregado, sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.
 - (C) o recolhimento a destempo da contribuição sindical rural acarreta a aplicação da multa progressiva prevista no artigo 600 da CLT.
 - (D) a admissibilidade do recurso de embargos contra acórdão de Turma em Recurso de Revista em fase de execução, publicado na vigência da Lei n.º 11.496/2007, de 26.06.2007, não se condiciona à demonstração de divergência jurisprudencial entre Turmas ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho em relação à interpretação de dispositivo constitucional.
 - (E) não é extemporâneo recurso interposto antes da publicação do acórdão impugnado.

- 63. Com relação a Força Maior, assinale a afirmativa correta.
 - (A) Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não concorreu apenas indiretamente.
 - (B) Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, ou de um dos estabelecimentos em que trabalhe o empregado, é assegurada a este, quando despedido, uma indenização.
 - (C) É sempre ilícita, em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, a redução geral dos salários dos empregados da empresa.
 - (D) Comprovada a falsa alegação do motivo de força maior, não é garantida a reintegração aos empregados estáveis, mas apenas o complemento da indenização já percebida.
 - (E) Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregado, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente.
- **64.** Com relação ao Procedimento Sumaríssimo, assinale a alternativa correta de acordo com as seguintes afirmativas.
 - I. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
 - II. Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
 - III. As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

- **65.** Com relação ao tema nulidades em processo do trabalho, pode-se afirmar que
 - (A) nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
 - (B) as nulidades não serão declaradas senão, mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las em qualquer momento até a sentença.
 - (C) a nulidade será pronunciada mesmo quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
 - (D) a nulidade será pronunciada quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
 - (E) a nulidade do ato prejudicará os anteriores e posteriores que dele dependam.

DIREITO PENAL

- **66.** Agente que se serve de anonimato ou de nome suposto, para dar causa à instauração de investigação administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente, pratica crime de
 - (A) denunciação caluniosa, em sua modalidade simples.
 - (B) denunciação caluniosa com causa de aumento de pena.
 - (C) comunicação falsa de crime, em sua modalidade simples.
 - (D) comunicação falsa de crime qualificada.
 - (E) fraude processual.
- **67.** Assinale a alternativa correta que descreve apenas condutas típicas previstas no capítulo dos crimes praticados por particular contra a Administração em geral.
 - (A) Importar ou exportar mercadoria proibida; usurpar o exercício de função pública; inutilizar edital afixado por ordem de funcionário público.
 - (B) Usurpar o exercício de função pública; opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo; reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso.
 - (C) Desobedecer a ordem legal de funcionário público; desacatar funcionário público no exercício da função; acusar-se, perante a autoridade, de crime praticado por outrem.
 - (D) Solicitar vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função; fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite; arrebatar preso, a fim de maltratá-lo, do poder de quem o tenha sob custódia ou guarda.
 - (E) Prometer dinheiro a testemunha para fazer afirmação falsa em depoimento; inutilizar edital afixado por ordem de funcionário público; importar ou exportar mercadoria proibida.

- **68.** Assinale a alternativa correta relativamente à aplicação da lei penal.
 - (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
 - (B) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. Quanto ao tempo do crime, então, é aplicada a teoria da ubiquidade.
 - (C) Prevalece, quanto ao local do crime, a teoria mista, isto é, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (D) Embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a vida ou liberdade do Presidente da República ficam sujeitos à lei brasileira, dependendo do concurso de algumas condições, dentre elas: entrar o agente no território nacional e ser o fato punível também no país em que foi praticado.
 - (E) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- 69. Analise as assertivas.
 - I. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Incidirá atenuante genérica se a participação for de menor importância.
 - II. Entre coautores e partícipes não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
 - III. Três indivíduos combinam roubar uma loja. Planejam em detalhes a ação. Quando tudo estava pronto, abandonam o projeto ao perceberem que o dono do local havia reforçado enormemente a segurança. Não responderão por crime algum, uma vez que o crime não chegou a ser tentado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

- **70.** Assinale a alternativa correta que indica apenas efeitos automáticos da Sentença penal condenatória.
 - (A) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime; perda do mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a 1 (um) ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
 - (B) A perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito; perda de cargo público quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos.
 - (C) A incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado; a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.
 - (D) A perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso; perda de função pública quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos.
 - (E) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime; a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- **71.** Analise as assertivas a respeito do inquérito policial.
 - I. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
 - II. O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
 - III. Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
 - IV. Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

- 72. Assinale a alternativa que completa corretamente o texto.
 - "Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, ______ direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de ______, contado do dia em que vier a ______, ou, no caso de ação penal privada subsidiária da pública, do dia em que _____."
 - (A) perderá, pela prescrição o ... 6 (seis) meses ... saber quem é o autor do crime ... se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia
 - (B) decairá no ... 3 (três) meses ... saber quem é o autor do crime ... se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia
 - (C) perderá, pela prescrição o ... 3 (três) meses ... saber da existência do crime ... se esgotar o prazo para oferecimento da representação
 - (D) decairá no ... 6 (seis) meses ... saber da existência do crime ... se esgotar o prazo para oferecimento da representação
 - (E) decairá no ... 6 (seis) meses ... saber quem é o autor do crime ... se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia
- 73. De acordo com o Código de Processo Penal, a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

Nos casos de exclusiva ação privada, porém, o querelante poderá preferir o foro de

- (A) domicílio ou residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- (B) domicílio ou residência do réu, desde que incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições.
- (C) seu próprio domicílio ou residência, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- (D) seu próprio domicílio ou residência, desde que incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições.
- (E) seu próprio domicílio ou residência, ou o do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

- **74.** Quando a infração penal deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
 - O exame de corpo de delito será realizado
 - (A) por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior. Na falta de peritos oficiais, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
 - (B) por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
 - (C) por perito oficial, portador ao menos de diploma de curso técnico. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras ao menos de diploma de curso técnico, na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
 - (D) por dois peritos oficiais, portadores ao menos de diploma de curso técnico. Na falta de peritos oficiais, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso técnico, necessariamente na área específica.
 - (E) por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por uma pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- **75.** Analise as assertivas a respeito das citações e intimações no processo penal.
 - I. A intimação do advogado de defesa constituído ou nomeado far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da Comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.
 - II. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, interrompendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
 - III. O dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado assim a ele como ao chefe de sua repartição.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

- 76. Para a Lei Federal n.º 8.666/93, a alienação de bens móveis da Prefeitura Municipal de Rosana, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta no seguinte caso:
 - (A) doação para fins e uso de interesse social, independente de avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação.
 - (B) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública.
 - (C) dação em pagamento.
 - (D) investidura.
 - (E) cessão de uso para programas habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.
- 77. Assinale a alternativa correta.
 - (A) É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
 - (B) É permitido incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão.
 - (C) É permitida a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas.
 - (D) É permitido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total.
 - (E) É permitido computar como valor da obra ou serviços, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento.

- **78.** No que se refere a responsabilidade na gestão fiscal, é correto afirmar que
 - (A) a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas está autorizada pela Lei Complementar n.º 101/2000, de 04.05.2000 e deve atender as condições da lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
 - (B) o Ministério da Fazenda divulgará, semestralmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e imobiliária.
 - (C) a atualização monetária do principal da dívida imobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previstos na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
 - (D) o Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo sessenta dias antes do prazo final para encaminhamento das propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
 - (E) a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades.
- **79.** A Lei Complementar n.º 101/2000, define operação de crédito como
 - (A) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
 - (B) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
 - (C) o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
 - (D) a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
 - (E) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da federação ou entidade a ele vinculada.

- **80.** Considerando as disposições da Lei Federal n.º 10.520/2002, de 17.07.2002, é correto afirmar que na fase externa do pregão,
 - (A) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 08 (oito) dias corridos.
 - (B) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 15% (quinze por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
 - (C) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
 - (D) a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.
 - (E) se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, ser-lhe-á aplicado a penalidade de suspensão de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

